

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

1.1. O Fundo Previdenciário de Nova Brasilândia D'Oeste 3 FUNPREV-NBO, mesmo após a extinção do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) nos moldes gerais, permanece com atribuições específicas relacionadas à gestão de benefícios previdenciários dos servidores públicos municipais, conforme previsão expressa no art. 10 da Lei Municipal nº 1.836/2023. Os incisos I, II e III deste artigo estabelecem que continuarão vinculados ao RPPS os servidores que, até a data da extinção, já haviam implementado os requisitos para aposentadoria, aqueles que estavam em gozo de aposentadoria ou pensão, e os dependentes que já se encontravam em gozo de benefícios previdenciários. Dessa forma, o FUNPREV mantém obrigações legais e administrativas referentes à concessão, manutenção, revisão e controle desses benefícios.

1.2. Atualmente, verifica-se a existência de uma demanda concreta e crescente de casos que exigem análise técnica especializada para subsidiar decisões administrativas e judiciais sobre a continuidade ou revisão dos benefícios pagos. Entre os casos mais recorrentes estão solicitações de revisão de aposentadorias concedidas anteriormente, requerimentos de manutenção de benefícios por incapacidade, como auxílio-doença, bem como litígios judiciais envolvendo segurados e dependentes que questionam a legalidade ou o valor dos benefícios atualmente percebidos.

1.3. Há, neste momento, pelo menos 20 processos administrativos e judiciais em tramitação que requerem avaliação criteriosa e fundamentada, com base em dados previdenciários, laudos médicos, legislação vigente e entendimento jurisprudencial atualizado, a fim de garantir a correta aplicação das normas previdenciárias e a segurança jurídica dos atos administrativos praticados pelo FUNPREV. A ausência de uma estrutura técnica permanente e especializada, com capacidade para avaliar esses pleitos de forma célere, técnica e juridicamente adequada, tem gerado entraves na tramitação dos processos, aumento do passivo judicial e risco de concessões indevidas ou atrasadas.

1.4. Portanto, faz-se necessária a contratação de solução técnica especializada, com o objetivo de subsidiar o FUNPREV no processo de avaliação, concessão, revisão e eventual suspensão de benefícios previdenciários, assegurando o cumprimento da legislação aplicável, a observância aos princípios da legalidade, eficiência e economicidade, e a preservação do equilíbrio financeiro e atuarial do fundo, em consonância com as competências remanescentes atribuídas ao RPPS local.

2. DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL



2.1. Nos termos do inciso II do §1º do art. 18 da Lei nº 14.133/2021, o Estudo Técnico Preliminar deve indicar, sempre que existente, a previsão da contratação no Plano de Contratações Anual 3 PCA, como forma de garantir o alinhamento com o planejamento da Administração.

2.2. Contudo, o Município de Nova Brasilândia D'Oeste/RO e o Fundo Previdenciário 3 FUNPREV não possuem, até o momento, Plano de Contratações Anual formalmente instituído, conforme previsto na legislação. Apesar da ausência do PCA, a presente contratação está devidamente contemplada no planejamento orçamentário municipal, com previsão de recursos para despesas dessa natureza na Lei Orçamentária Anual (LOA) vigente.

2.3. Os recursos utilizados para custeio da contratação serão provenientes do orçamento do próprio FUNPREV, devidamente consignados na LOA em dotação específica para despesas com encargos previdenciários, avaliações médicas e apoio técnico para concessão ou revisão de benefícios. Dessa forma, a contratação encontra-se alinhada ao planejamento institucional e financeiro da Administração Pública Municipal, respeitando os princípios da legalidade, planejamento, razoabilidade e boa gestão orçamentária.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1. A presente contratação visa atender à necessidade de suporte técnico especializado ao Fundo Previdenciário de Nova Brasilândia D'Oeste 3 FUNPREV-NBO, no que se refere à análise, avaliação e emissão de pareceres técnicos e jurídicos que subsidiem decisões administrativas relacionadas à concessão, revisão, manutenção ou suspensão de benefícios previdenciários dos segurados remanescentes vinculados ao RPPS, conforme previsto no art. 10 da Lei Municipal nº 1.836/2023. Para tanto, deverão ser observados os seguintes requisitos:

I. Requisitos Funcionais

a) A solução contratada deverá possibilitar a análise técnica individualizada de processos administrativos e judiciais que envolvam pedidos de revisão, concessão, manutenção ou suspensão de benefícios previdenciários.



b) Deverá incluir a emissão de pareceres fundamentados, elaborados por profissionais com conhecimento técnico em legislação previdenciária, atuária, perícia médica e gestão pública.

c) A contratada deverá prestar apoio à instrução processual, indicando diligências necessárias, apontando inconsistências, riscos ou ilegalidades, sempre com base em elementos documentais e parâmetros legais e atuariais.

d) Caso necessário, a solução deverá incluir a realização de pareceres complementares para fins de defesa judicial, orientando a conduta da Administração em ações que questionem atos de concessão de benefícios.

e) A contratada deverá realizar a sistematização de dados estatísticos relacionados às análises realizadas, com periodicidade mínima mensal, para fins de controle interno e prestação de contas ao órgão gestor.

II. Requisitos Não Funcionais

a) Os serviços deverão ser prestados com sigilo, responsabilidade técnica e observância às normas éticas e legais, especialmente quanto à proteção de dados pessoais e sensíveis dos segurados, em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais 3 LGPD (Lei nº 13.709/2018).

b) Os prazos de resposta e entrega dos pareceres deverão observar o princípio da eficiência administrativa, sendo fixados de forma compatível com a complexidade dos casos e com o cronograma de atendimento estipulado pelo FUNPREV.

c) Deverá haver rastreabilidade das análises realizadas, com garantia de arquivamento adequado dos documentos produzidos, seja de forma digital ou física, conforme diretrizes estabelecidas pela Administração.

d) A empresa contratada deverá dispor de equipe técnica multidisciplinar com experiência comprovada em gestão de regimes próprios de previdência, direito previdenciário e perícia médica previdenciária.

III. Padrões de Mercado

a) Espera-se que a solução seja executada conforme melhores práticas do setor previdenciário público, observando as diretrizes e orientações do Ministério da Previdência Social e da Secretaria de Regime Próprio de Previdência Social (SRPPS).



b) As análises deverão seguir metodologia técnico-jurídica compatível com as práticas adotadas por entes federativos que ainda possuem gestão de benefícios previdenciários sob RPPS, respeitando as particularidades locais.

c) Os documentos e pareceres técnicos deverão obedecer a padrão de qualidade formal e técnico, com clareza, objetividade, fundamentação legal e indicação de responsabilidades.

IV. Requisitos Normativos

a) A execução contratual deverá observar integralmente a Lei nº 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), bem como a legislação municipal correlata.

b) Deverá estar em conformidade com a Lei nº 9.717/1998 e demais normativos federais que regem os Regimes Próprios de Previdência Social, especialmente no que tange à manutenção de benefícios, equilíbrio atuarial e controles internos.

c) Serão exigidos, da contratada, documentos comprobatórios da qualificação técnica da equipe envolvida, conforme os critérios legais para serviços especializados.

d) A solução deverá observar também as diretrizes do TCE/RO e os manuais e orientações técnicas da Secretaria de Previdência, no que couber.

4. ESTIMATIVA DA QUANTIDADE

4.1. A presente contratação destina-se a atender uma demanda pontual e específica do Fundo Previdenciário de Nova Brasilândia D'Oeste 3 FUNPREV-NBO, relacionada à análise técnica de 20 (vinte) processos que tratam da concessão, manutenção, revisão ou suspensão de benefícios previdenciários concedidos a segurados vinculados ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), conforme estabelecido no art. 10 da Lei Municipal nº 1.836/2023.

4.2. Esses processos referem-se a casos já identificados e protocolados junto ao FUNPREV, envolvendo, entre outros, pedidos de revisão de aposentadorias, reavaliação de benefícios por incapacidade e cumprimento de decisões judiciais. Considerando a natureza pontual da demanda e a inexistência, neste momento, de previsão formal de novas análises



semelhantes no curto prazo, estima-se como suficiente a contratação de solução capaz de abranger exatamente esses 20 (vinte) casos.

4.3. A limitação do quantitativo à demanda já existente visa assegurar o uso racional dos recursos públicos, evitando contratações em excesso e respeitando os princípios da economicidade, eficiência e proporcionalidade previstos na Lei nº 14.133/2021.

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO

5.1. Foi realizado levantamento de mercado com o objetivo de identificar as alternativas disponíveis para atender à demanda do Fundo Previdenciário de Nova Brasilândia D'Oeste 3 FUNPREV-NBO, relacionada à análise de 20 processos que envolvem a concessão, manutenção, revisão ou eventual suspensão de benefícios previdenciários de segurados vinculados ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), conforme os critérios estabelecidos pela Lei Municipal nº 1.836/2023.

5.2. O levantamento levou em conta informações obtidas em:

- a) Pesquisas em portais públicos como PNCP, ComprasNet, Licitanet e sites oficiais de entes federativos;
- b) Contratações anteriores realizadas por entes municipais de porte similar;
- c) Experiências da própria Administração em contratações similares já executadas.

5.3. Foram identificadas as seguintes soluções com oferta disponível no mercado:

I. Contratação de empresa especializada em consultoria previdenciária com foco em RPPS

a) Equipes multidisciplinares que oferecem pareceres técnicos (jurídico, médico e atuarial) para suporte à gestão previdenciária, inclusive com assessoria em processos de concessão e revisão de benefícios.



II. Contratação direta de profissionais autônomos por especialidade

a) Modelo baseado na contratação pontual de peritos, advogados e atuários para elaboração de laudos, pareceres e análises técnicas específicas, conforme demanda.

III. Aquisição de sistema informatizado para simulação e auditoria de benefícios

a) Soluções digitais que realizam auditoria automatizada de processos previdenciários com base em regras legais e dados cadastrais, voltadas para validação e controle dos benefícios.

IV. Contratação de empresa para realização de perícias médicas por junta médica oficial

a) Empresas especializadas que disponibilizam juntas médicas compostas por, no mínimo, dois ou três médicos, para realização de avaliações presenciais e emissão de laudos oficiais, atendendo à exigência contida no inciso I do art. 10 da Lei Municipal nº 1.836/2023, que vincula o reconhecimento do direito à aposentadoria por invalidez à conclusão de incapacidade permanente por junta médica.

Tabela 1 - Comparativa das Soluções Identificadas

Solução	Características	Vantagens	Desvantagens
1. Consultoria especializada em RPPS	Atuação integrada com equipe jurídica, médica e atuarial	Atendimento completo; robustez técnica; menor risco jurídico	Alto custo; duplicidade com estrutura interna já existente
2. Profissionais autônomos por especialidade	Contratação pontual e segmentada por demanda	Flexibilidade; custo controlado por tarefa	Fragmentação; maior esforço de gestão contratual
3. Sistema informatizado de análise previdenciária	Simulações e projeções automatizadas; apoio ao controle	Agilidade; rastreabilidade; tecnologia	Alto custo; não realiza avaliação médica humana
4. Empresa para realização de perícias médicas por junta médica	Atendimento presencial por junta médica especializada	Atendimento direto à exigência legal; respaldo técnico-administrativo; já utilizado pela Administração	Restrito à avaliação médica; exige corpo jurídico e administrativo próprio (já existente)

5.4. Considerando o conteúdo normativo da Lei Municipal nº 1.836/2023, especialmente o inciso I do art. 10, que exige expressamente que os segurados licenciados por motivo de doença sejam avaliados por junta médica oficial para fins de enquadramento no



RPPS, verifica-se que a contratação de empresa especializada na realização de perícias médicas por junta médica representa a solução mais adequada, tanto sob o aspecto técnico quanto sob o econômico. A solução atende diretamente à finalidade legal e à natureza dos processos em análise no FUNPREV, que demandam avaliações clínicas detalhadas e pareceres consistentes para decisões administrativas e defesa em eventuais ações judiciais. Além disso, essa opção não gera sobreposição de estruturas já existentes na Administração, como o corpo jurídico, o que reforça sua proporcionalidade, economicidade e viabilidade prática. Trata-se de modelo já adotado anteriormente pela Administração Municipal, com resultados satisfatórios e boa aceitação pelos órgãos de controle, o que reforça a escolha como alternativa mais vantajosa e legalmente adequada para atender à demanda atual.

6. ETIMATIVA DE VALOR

5.5. Para fins de elaboração da estimativa de valor da contratação, tomou-se como referência o valor unitário de R\$ 668,90 por perícia médica administrativa realizada por junta médica, conforme estipulado no Pregão Eletrônico nº 38/2024 do Município de Seringueiras/RO, disponível na plataforma Licitanet, o qual trata da contratação de empresa especializada para prestação de serviços de perícias médicas para fins administrativos e previdenciários. Considerando que a demanda atual do FUNPREV corresponde à avaliação de 20 segurados, a estimativa do valor total da contratação alcança o montante de R\$ 13.378,00 (vinte perícias × R\$ 668,90). Esse valor já contempla o custo completo do serviço pericial, não havendo previsão de outras despesas acessórias ou contínuas, dada a natureza pontual e delimitada da contratação. Trata-se de valor compatível com os praticados por outros entes públicos em contratações semelhantes, especialmente em se tratando de laudos emitidos por junta médica, que apresentam maior robustez técnica e respaldo para subsidiar decisões administrativas e eventuais demandas judiciais. A adoção deste parâmetro atende ao princípio da razoabilidade e assegura a conformidade da estimativa com os preços de mercado, conforme orienta o §1º do art. 23 da Lei nº 14.133/2021.

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

7.1. Descritivo Técnico da Solução: Perícias Médicas por Junta Médica



7.1.1. A solução técnica adotada pelo FUNPREV consiste na contratação de empresa especializada na realização de perícias médicas administrativas por junta médica oficial, com o objetivo de subsidiar, por meio de laudos técnicos conclusivos, a análise de processos relacionados à concessão, revisão, manutenção ou eventual suspensão de benefícios previdenciários. A medida atende aos critérios estabelecidos pelo art. 10 da Lei Municipal nº 1.836/2023, que exige que a incapacidade permanente seja comprovada por junta médica oficial para fins de concessão de aposentadoria por invalidez no RPPS em extinção.

7.1.2. A junta médica deverá ser obrigatoriamente composta por três profissionais, sendo um médico especialista em Medicina do Trabalho e dois médicos Clínico Geral, todos devidamente registrados no Conselho Regional de Medicina (CRM). A exigência dessa composição busca garantir uma avaliação multiprofissional, com enfoque técnico na relação entre a condição clínica do segurado e sua capacidade laboral, além de assegurar visão generalista e integrativa por meio da participação do clínico. Essa estrutura fortalece a robustez técnica do laudo pericial, além de atender aos parâmetros definidos internamente pelo FUNPREV, conforme disposto no Documento de Formalização da Demanda (DFD).

7.1.3. A avaliação pericial compreenderá as seguintes etapas:

- a) Análise documental (atestados médicos, exames, relatórios anteriores, histórico funcional);
- b) Entrevista clínica e exame físico detalhado;
- c) Discussão conjunta entre os membros da junta médica;
- d) Emissão de laudo técnico conclusivo, fundamentado e assinado por todos os membros da junta.

7.1.4. O prazo máximo para a realização da perícia será de 60 (sessenta) dias úteis a contar do recebimento da solicitação formal por parte do FUNPREV. O laudo médico deverá ser emitido no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis após a realização da avaliação, podendo ser entregue em formato digital, com assinatura eletrônica válida nos termos da



Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira 3 ICP-Brasil, garantindo autenticidade, integridade e validade jurídica do documento. Caso necessário, poderá ser exigida a versão física do laudo.

7.1.5. Os serviços de perícia médica realizados por junta médica serão executados nas dependências da contratada, em virtude da inexistência de espaço físico e equipamentos adequados no âmbito do FUNPREV ou do Hospital Municipal, o qual, por ser órgão público, não pode disponibilizar sua estrutura para uso de empresa privada contratada.

7.1.6. Considerando a localização do Município de Nova Brasilândia D'Oeste/RO, situado em região interiorana e com limitações de transporte público, o acesso dos segurados a centros urbanos mais distantes pode se mostrar oneroso e dificultoso, especialmente para pessoas com restrições de locomoção.

7.1.7. Dessa forma, a empresa contratada deverá possuir, no momento da contratação, ou assumir o compromisso formal de instalar, no prazo máximo de até 15 (quinze) dias após a assinatura do contrato, consultório médico devidamente equipado para realização das perícias em uma das seguintes localidades: Nova Brasilândia D'Oeste/RO, Cacoal/RO, Rolim de Moura/RO ou São Miguel do Guaporé/RO.

7.1.8. A escolha dessas localidades se justifica pelo fato de serem geograficamente mais próximas de Nova Brasilândia D'Oeste e, além disso, por serem polos de referência regional para os municípios do interior da Zona da Mata do Estado de Rondônia, o que favorece o deslocamento e o acesso dos segurados ao serviço pericial com maior comodidade, segurança e celeridade.

7.1.9. O espaço deverá atender às normas sanitárias e de acessibilidade vigentes, contar com equipamentos e mobiliário compatíveis com a realização de exames médicos periciais, e possibilitar a atuação simultânea de três médicos especialistas, integrantes da junta médica.

7.1.10. A empresa contratada deverá assegurar a confidencialidade das informações médicas e o tratamento adequado dos dados pessoais e sensíveis dos segurados, em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018) e com o Código de Ética Médica.



7.1.11. Além disso, a contratada deverá disponibilizar, sempre que formalmente convocada, ao menos um representante técnico da junta médica para participação em audiências judiciais ou administrativas relacionadas aos casos avaliados, com cobertura contratual e logística adequada.

7.2. Formato da Contratação

7.2.1. A solução consistente na realização de perícias médicas por junta médica oficial, voltadas à instrução de processos administrativos no âmbito do FUNPREV, enquadra-se como serviço comum, nos termos da Lei nº 14.133/2021, uma vez que possui especificações usuais no mercado, com padrão de desempenho e qualidade objetivamente definidos e de fácil comparação entre os ofertantes, sendo passível de contratação por critério de julgamento baseado no menor preço.

7.2.2. Dada a natureza homogênea do objeto (execução de serviços de perícia médica por junta médica), o critério de julgamento mais adequado é o de menor preço global, considerando o valor total para a realização do conjunto de perícias previstas, sem fracionamento por item. A adjudicação deve ocorrer por lote único, uma vez que se trata de um pacote de serviços com características técnicas e operacionais indivisíveis, voltado ao atendimento de uma demanda específica, de escopo claramente delimitado.

7.2.3. Quanto à forma de contratação, não se aplica o Sistema de Registro de Preços (SRP), pois a necessidade do FUNPREV não apresenta caráter repetitivo, tampouco justifica contratações futuras de mesma natureza com regularidade. Trata-se de uma demanda pontual e excepcional, vinculada a um grupo de segurados já identificados e com processos formalmente instaurados, o que indica a adoção do modelo tradicional de contratação direta por escopo definido.

7.2.4. Com relação à natureza do serviço, este não demanda dedicação exclusiva de mão de obra, visto que a execução ocorrerá de forma eventual, por demanda, sem exigência de alocação contínua de profissionais para atendimento em regime de plantão ou jornada pré-definida. Os médicos integrantes da junta poderão ser designados pela contratada com flexibilidade, desde que atendam às exigências técnicas previstas no contrato.



7.2.5. O contrato poderá ter prazo inicial de vigência de 6 (seis) meses, prorrogável por igual período, limitado à vigência necessária para o cumprimento do escopo estabelecido e à disponibilidade orçamentária. Caso o escopo seja integralmente atendido antes do término do prazo, o contrato poderá ser encerrado antecipadamente, mediante termo de encerramento firmado pelas partes.

7.2.6. Diante do valor estimado da contratação (inferior a R\$ 54.000,00 para serviços), e considerando tratar-se de objeto comum, pontual e de escopo delimitado, entende-se cabível a utilização da modalidade de contratação direta por dispensa de licitação, com base no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, por se tratar de contratação de pequeno valor para serviços (limite de até R\$ 54.000,00), assegurados o processo formal, a cotação de preços, a motivação e a demonstração da vantagem da contratação para a Administração.

8. PARCELAMENTO DA CONTRATAÇÃO

8.1. Após análise técnica da natureza do objeto e das condições de mercado, conclui-se que não é viável o parcelamento da contratação referente à realização de perícias médicas por junta médica no âmbito do FUNPREV, pelos fundamentos a seguir expostos.

8.2. A prestação do serviço possui caráter técnico integrado, uma vez que a junta médica deve ser composta, obrigatoriamente, por três profissionais específicos (um médico do trabalho e dois clínicos geral), os quais devem atuar em conjunto na avaliação do segurado e na emissão de laudo único e conclusivo, conforme definido no descritivo técnico e em consonância com o disposto no inciso I do art. 10 da Lei Municipal nº 1.836/2023. Esse aspecto por si só inviabiliza a divisão do objeto em partes autônomas ou a contratação de profissionais distintos por meio de procedimentos separados, sob pena de perda da coerência técnica e da legalidade do ato administrativo previdenciário.

8.3. Além disso, não há vantagem técnica ou econômica na fragmentação da contratação, uma vez que o parcelamento dificultaria a coordenação entre os profissionais, comprometeria a padronização dos laudos, aumentaria a complexidade na fiscalização contratual e não garantiria redução de custos. Ao contrário, haveria aumento do ônus administrativo com a gestão de múltiplos contratos ou fornecedores, o que contraria os



princípios da economicidade e da eficiência, especialmente em contexto de escassez de recursos humanos para a fiscalização no âmbito municipal.

8.4. Também se verifica que o mercado usualmente já oferta esse serviço de forma integrada, com empresas especializadas na formação e disponibilização de juntas médicas completas, dotadas de estrutura administrativa, agenda de atendimentos, modelo padronizado de laudos e suporte jurídico, o que assegura maior segurança, agilidade e conformidade com os critérios exigidos pela legislação local e federal.

8.5. Por fim, a divisão do objeto não traria ganho efetivo de competitividade, pois o número de fornecedores aptos a atender apenas parte do objeto (exemplo: apenas um perito ou uma especialidade médica) é limitado, e a pulverização da execução não é recomendada. O aumento de competição, nesse caso, não compensaria os riscos operacionais e o esforço desproporcional de gerenciamento de contratos múltiplos.

8.6. Dessa forma, justifica-se a não adoção do parcelamento, com a contratação sendo realizada em lote único, garantindo a integração técnica, a economicidade, a padronização dos serviços e a conformidade com o interesse público.

9. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

9.1. A contratação de empresa especializada para a realização de perícias médicas por junta médica visa promover uma solução técnica e juridicamente adequada para a instrução de processos administrativos relacionados à concessão, revisão, manutenção ou cessação de benefícios previdenciários de servidores vinculados ao RPPS em extinção, conforme previsto na Lei Municipal nº 1.836/2023. A seguir, descrevem-se os resultados esperados sob os prismas da eficiência, efetividade e eficácia:

I. Eficiência

a) A contratação assegura a alocação racional de recursos públicos ao concentrar a prestação do serviço em empresa com estrutura especializada, otimizando o tempo de resposta às demandas do FUNPREV. Ao invés de dispersar esforços administrativos na tentativa de constituir juntas médicas por meio de múltiplas contratações pontuais, a solução centralizada permite reduzir custos operacionais, minimizar retrabalhos, eliminar atrasos processuais e



agilizar a análise dos casos, com consequente melhora na produtividade institucional. O modelo adotado também reduz o esforço da fiscalização contratual, concentrando obrigações e entregas em um único prestador.

II. Efetividade

a) Espera-se que os laudos emitidos pela junta médica subsidiem de forma robusta e técnica a tomada de decisão administrativa, promovendo segurança jurídica, padronização nos pareceres e respaldo para a atuação do FUNPREV em processos judiciais, quando houver impugnação de benefícios. A presença de um médico do trabalho e dois clínicos geral assegura a abordagem multidisciplinar necessária para avaliações previdenciárias complexas, ampliando a confiabilidade das conclusões emitidas e permitindo que os processos sejam decididos de forma mais célere e fundamentada.

III. Eficácia

a) A solução permitirá o atingimento dos objetivos da contratação: resolver a atual demanda de 20 processos com segurança técnica, respaldo legal e tempestividade, assegurando que os direitos dos segurados sejam respeitados e que os recursos do fundo previdenciário sejam utilizados com responsabilidade. O resultado final esperado é a efetiva entrega dos laudos periciais completos, emitidos por junta médica oficial no prazo pactuado, com qualidade e em conformidade com os requisitos normativos e administrativos do FUNPREV.

9.2. Dessa forma, a contratação é compatível com os princípios da economicidade, legalidade, impessoalidade e eficiência, contribuindo diretamente para a boa governança previdenciária e o correto gerenciamento do regime próprio em fase de extinção.

10. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO

10.1. A fim de garantir a adequada execução do contrato referente à realização de perícias médicas por junta médica oficial, a Administração, por meio do FUNPREV, deverá adotar previamente à celebração do instrumento contratual as seguintes providências estruturais, logísticas e administrativas:

I. Infraestrutura tecnológica



a) Será necessário assegurar que os servidores designados para fiscalizar e acompanhar o contrato disponham de acesso a computador com internet, sistema de protocolo e armazenamento digital, a fim de receber, analisar e arquivar os laudos periciais digitalmente, inclusive com verificação de assinaturas eletrônicas conforme padrão ICP-Brasil. Não há necessidade de aquisição de sistemas específicos.

II. Infraestrutura elétrica e logística de entrega

a) Como o objeto da contratação consiste na prestação de serviços, não haverá entrega física de bens, mas sim realização de atendimentos presenciais e emissão de laudos médicos em meio digital. Caberá à Administração disponibilizar local com infraestrutura elétrica adequada, iluminação, mobiliário básico e ponto de energia para eventual uso de equipamentos por parte da equipe médica da contratada. A unidade deverá também contar com acesso a sanitários e condições adequadas de ventilação e recepção dos segurados.

III. Logística de recebimento no almoxarifado

a) Por se tratar de serviço e não de fornecimento de bens permanentes ou de consumo, não haverá recebimento de materiais ou insumos em almoxarifado municipal. A entrega dos produtos contratuais será representada pelo envio digital de laudos médicos conclusivos, os quais deverão ser inseridos no sistema documental oficial e arquivados eletronicamente.

IV. Espaço físico e compatibilidade com mobiliário

a) A Administração deverá indicar previamente espaço físico adequado para a realização das perícias médicas, dentro do Município de Nova Brasilândia D'Oeste/RO, preferencialmente em prédio público já existente, como unidade da Secretaria de Saúde ou outro imóvel institucional. O local deverá ser minimamente equipado com mesas, cadeiras, privacidade visual e acústica, assegurando as condições técnicas e éticas para o atendimento médico.

V. Capacitação dos servidores responsáveis pelo recebimento e fiscalização

a) A equipe do FUNPREV designada para a fiscalização técnica e administrativa do contrato deverá ser previamente orientada quanto aos seguintes aspectos:



- 1) Itens obrigatórios dos laudos periciais;
- 2) Prazos de execução e entrega;
- 3) Procedimentos de recebimento e aceite;
- 4) Controle de qualidade e tratamento de eventuais não conformidades.

5) Não se exige treinamento externo formal, mas recomenda-se a realização de reunião técnica interna e elaboração de checklist padrão de fiscalização, para assegurar uniformidade no acompanhamento.

VI. Capacitação do servidor responsável pela gestão contratual

a) O servidor que atuará como gestor do contrato deverá ter conhecimento básico sobre:

- 1) Fluxo de solicitações de perícias;
- 2) Verificação de conformidade contratual;
- 3) Procedimentos de emissão de ordens de serviço;
- 4) Controle documental e elaboração de relatório de desempenho mensal;
- 5) Aplicação de sanções contratuais, se necessário.

6) Recomenda-se que o gestor designado possua experiência prévia em contratos administrativos ou seja apoiado pela assessoria jurídica e pela unidade de compras, para garantir segurança e regularidade nos atos de execução contratual.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

11.1. A contratação de empresa especializada para realização de perícias médicas por junta médica oficial se insere em um contexto administrativo mais amplo, estando tecnicamente correlacionada ou interdependente com outras ações e contratações realizadas ou



previstas no âmbito da gestão previdenciária do FUNPREV.

I. Contratações de assessoria jurídica e contábil previdenciária

a) A correta análise dos efeitos das perícias nos processos administrativos de concessão, revisão ou cessação de benefícios depende da atuação coordenada com a equipe técnica responsável pela assessoria jurídica e/ou contábil previdenciária do FUNPREV. Essa assessoria, eventualmente já contratada ou em contratação, é responsável pela interpretação normativa e pelo impacto atuarial dos benefícios.

b) Embora não seja tecnicamente dependente, existe interdependência funcional, já que a instrução técnica do processo administrativo dependerá tanto da prova pericial quanto da análise jurídica e contábil da situação do segurado.

II. Sistema informatizado de gestão de processos previdenciários

a) Outra contratação que guarda correlação operacional com a prestação de serviços periciais é a eventual adoção de sistema informatizado para acompanhamento de processos previdenciários, que permita o registro, controle e arquivamento digital dos laudos, a tramitação dos processos de benefícios e o armazenamento seguro das informações dos segurados. Embora a ausência desse sistema não inviabilize a execução das perícias, sua existência facilita a tramitação dos processos e reduz o risco de extravio de documentos ou falhas de controle.

III. Apoio logístico da Secretaria Municipal de Saúde

a) Embora não se trate de uma contratação propriamente dita, a realização das perícias dependerá da disponibilização de espaço físico adequado, preferencialmente em unidades da Secretaria Municipal de Saúde ou em prédio público com estrutura compatível. Nesse sentido, poderá haver necessidade de cooperação técnica entre os entes municipais, seja por meio de cessão de uso de espaço, agendamento conjunto ou apoio de pessoal administrativo local, o que caracteriza uma interdependência logística institucional.

IV. Contratação de serviços de digitalização e protocolo eletrônico (se houver)

a) Caso o FUNPREV ainda não disponha de infraestrutura interna para recebimento, digitalização e arquivamento de documentos eletrônicos (inclusive com verificação de assinatura digital via ICP-Brasil), poderá haver correlação com eventual



contratação de empresa especializada em digitalização documental ou protocolo eletrônico, o que garantiria a plena tramitação e guarda digital dos laudos periciais.

11.2. Essas correlações devem ser consideradas no planejamento integrado da Administração, a fim de garantir que a contratação das perícias médicas por junta médica atenda plenamente aos seus objetivos sem incorrer em riscos operacionais, atrasos ou prejuízos à análise dos direitos dos segurados.

12. IMPACTOS AMBIENTAIS

12.1. A contratação de empresa especializada para a realização de perícias médicas por junta médica oficial caracteriza-se como serviço de baixo impacto ambiental, por não envolver, diretamente, o consumo intensivo de recursos naturais, geração significativa de resíduos ou uso de equipamentos de alto consumo energético. No entanto, é possível identificar impactos ambientais pontuais, tanto positivos quanto negativos, conforme descrito a seguir:

I. Impactos ambientais positivos

a) Digitalização dos laudos periciais: A opção por emissão e tramitação dos laudos em formato digital, com assinatura eletrônica conforme os padrões da ICP-Brasil, reduz consideravelmente o uso de papel, tinta e armazenamento físico, contribuindo com a política de sustentabilidade e redução da geração de resíduos sólidos.

b) Redução de deslocamentos administrativos: Ao permitir que os laudos sejam transmitidos eletronicamente, evita-se a necessidade de transporte físico de documentos entre unidades administrativas, o que colabora para a diminuição da emissão de gases poluentes provenientes de veículos.

II. Impactos ambientais negativos (potenciais)

a) Consumo de energia elétrica e climatização: A utilização do espaço físico para realização das perícias pode ocasionar aumento pontual no consumo de energia elétrica, especialmente com o uso de iluminação, computadores, aparelhos de ar-condicionado e outros equipamentos.



b) Geração de resíduos sólidos não recicláveis: Durante as perícias, pode haver geração de resíduos como máscaras, luvas, papéis utilizados em anotações manuais ou fichas físicas, embora em volume limitado.

III. Medidas de mitigação sugeridas

a) Utilização racional de energia elétrica: Priorizar locais bem ventilados e iluminados naturalmente. Quando for necessário o uso de ar-condicionado ou iluminação artificial, adotar orientações para uso consciente por parte da contratada e da Administração.

b) Adoção de descarte seletivo: Disponibilizar lixeiras identificadas para separação de resíduos recicláveis e não recicláveis, além de estimular que os resíduos médicos gerados sigam para descarte adequado, conforme as normas sanitárias locais.

c) Digitalização integral da documentação: Manter, sempre que possível, o fluxo documental em meio eletrônico, evitando impressões desnecessárias e reduzindo o uso de papel e materiais correlatos.

d) Sensibilização da equipe contratada: Orientar os profissionais da empresa sobre práticas sustentáveis durante o atendimento, evitando o desperdício de recursos e promovendo o descarte consciente de resíduos.

12.2. Em razão da natureza da contratação, conclui-se que os impactos ambientais são mínimos e facilmente controláveis, e que a adoção das medidas mitigadoras sugeridas assegura a adequação ambiental da execução contratual, em conformidade com os princípios da responsabilidade socioambiental previstos na legislação vigente.

13. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO PARA O ATENDIMENTO DA NECESSIDADE A QUE SE DESTINA

13.1. Diante da demanda existente no âmbito do Fundo Previdenciário de Nova Brasilândia D'Oeste 3 FUNPREV, relativa à análise de 20 processos administrativos que tratam de revisão, manutenção, concessão ou eventual suspensão de benefícios previdenciários, muitos deles judicializados, conclui-se que a contratação de empresa especializada para a realização de perícias médicas por junta médica oficial apresenta-se como a solução mais adequada, técnica



e legalmente viável para o atendimento do interesse público.

13.2. A solução atende aos requisitos da Lei Municipal nº 1.836/2023, que exige expressamente a avaliação por junta médica oficial para fins de reconhecimento de incapacidade permanente no âmbito do RPPS em extinção, garantindo respaldo técnico à tomada de decisão administrativa e contribuindo para a segurança jurídica e a transparência dos atos do FUNPREV.

13.3. Foram avaliadas outras alternativas no levantamento de mercado, e constatou-se que a contratação de junta médica composta por três profissionais, sendo um especialista em medicina do trabalho e dois clínicos geral assegura a abordagem multidisciplinar e o rigor necessário à emissão de laudos técnicos conclusivos. Tal composição permite cumprir integralmente a legislação municipal e federal, observando os princípios da impessoalidade, eficiência e legalidade.

13.4. A contratação pretendida é de escopo pontual e definido, voltada ao atendimento de demanda específica já identificada, razão pela qual não se recomenda o parcelamento do objeto nem a adoção de modalidades continuadas ou baseadas em sistema de registro de preços. O critério de julgamento mais adequado é o menor preço global, com adjudicação por lote único.

13.5. Com valor estimado dentro do limite legal e com escopo bem definido, a contratação poderá ser realizada por dispensa de licitação com fundamento no art. 75, II da Lei nº 14.133/2021, mediante observância dos procedimentos legais, elaboração de termo de referência e justificativa formal.

13.6. Ademais, foram identificadas contratações correlatas e providências administrativas prévias à execução, todas viáveis e compatíveis com os recursos logísticos e operacionais da Administração. Os impactos ambientais são mínimos e controláveis, podendo ser mitigados com ações simples de sustentabilidade, e os resultados esperados demonstram ganhos concretos de eficiência, eficácia e efetividade para o FUNPREV.

13.7. Dessa forma, conclui-se pela adequação da contratação proposta para atender, de forma tempestiva, legal e eficaz, à necessidade pública identificada, em



conformidade com os princípios que regem a nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos e com foco na boa governança previdenciária municipal.

14. ANÁLISE DE RISCOS

14.1. Na tabela abaixo apresentamos os riscos inerentes a contratação, bem como as medidas mitigadoras.

Etapa	Risco Identificado	Consequência Potencial	Medida Mitigadora
Planejamento da Contratação			
Estudo Técnico Preliminar	Falta de aprofundamento na	Escolha inadequada da solução, levando a contratações ineficazes	Análise detalhada e participação de equipe

Etapa	Risco Identificado	Consequência Potencial	Medida Mitigadora
	definição da necessidade e solução		multidisciplinar; validação prévia dos documentos
Termo de Referência	Definições genéricas ou incompatíveis com a realidade do mercado	Frustração da contratação ou entrega inadequada	Redação clara, com base no ETP; validação técnica e jurídica
Estimativa de Preços	Base de preços desatualizada ou inconsistente	Superfaturamento ou ausência de propostas válidas	Pesquisa de mercado atualizada, uso de fontes confiáveis como Licitanet e PNCP
Disponibilidade Orçamentária	Inexistência de dotação suficiente ou empenho não formalizado	Impossibilidade de contratação ou atraso no início da execução	Consulta prévia ao orçamento e reserva orçamentária antes da formalização
Parecer Jurídico	Análise jurídica superficial ou fora do prazo	Risco de nulidade do processo ou atrasos	Encaminhamento com antecedência e clareza dos documentos submetidos à análise jurídica
Publicação (edital ou aviso)	Erro de publicação, ausência de publicidade ou publicação fora do prazo	Impugnações, anulação do processo ou risco de ausência de interessados	Conferência técnica e jurídica antes da publicação; uso dos canais oficiais corretos
Seleção do Fornecedor			
Publicação do aviso	Publicação incompleta ou em meio inadequado	Risco de nulidade da contratação direta	Conferência formal do aviso; uso de Diário Oficial e site institucional
Impugnações/esclarecimentos	Atraso no atendimento ou respostas inadequadas	Suspensão do processo ou judicialização	Respostas técnicas e jurídicas tempestivas e fundamentadas



Recebimento de propostas	Falta de interessados ou propostas com irregularidades	Fracasso na contratação	Especificações claras e preço compatível com o mercado
Julgamento da proposta	Erros na análise da proposta ou não observância dos critérios	Questionamentos e impugnações; risco de contratação ineficaz	Comissão capacitada, julgamento conforme critérios do edital/aviso
Habilitação	Falta de rigor na análise dos documentos	Contratação de empresa inapta	Conferência rigorosa dos documentos exigidos
Recurso administrativo (se cabível)	Inobservância do prazo legal ou análise superficial	Anulação de fases do processo; atrasos	Registro formal dos prazos; análise jurídica adequada
Adjudicação e homologação	Atraso ou erro na formalização	Impossibilidade de início da execução	Acompanhamento do fluxo processual e publicação tempestiva
Execução Contratual			
Fiscalização	Falta de acompanhamento da execução, ausência de indicadores objetivos	Entrega inadequada ou descumprimento contratual	Designação formal de fiscal; uso de IMR e relatórios mensais
Recebimento	Aceite de serviços sem verificação adequada	Pagamento por serviço insatisfatório	Conferência dos laudos e cumprimento dos critérios técnicos

Etapas	Risco Identificado	Consequência Potencial	Medida Mitigadora
Pagamento	Atraso no pagamento ou pagamento sem conformidade	Multas, suspensão contratual ou responsabilização do gestor	Pagamento condicionado ao aceite formal; conferência de regularidade fiscal

Nova Brasilândia D'Oeste 3 RO, 21 julho de 2025.

Equipe Técnica
Flavio Luiz Ribeiro

E-mail
flavio.l_ribeiro@hotmail.com

